



[Handwritten signature in blue ink]

**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
03 DE ABRIL DE 2018

N. ° 07/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	4
II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.....	5
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Delegação de Competências – Informação do Presidente da Câmara Municipal	8
3 – Projeto de Regulamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso.....	9
4 – Projeto de Regulamento Municipal da Loja Social.....	10
5 – Estrada de ligação Santa Marta à Régua/Via Rodo – Aquisição de uma Parcela de Terreno.....	11
Serviços de Tesouraria	
6 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 16 a 28 de março de 2018.....	12
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
7 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes	13
8 – Pedido de Parecer – Utilização de Infraestruturas Aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Eletrónicas Existentes no Município.....	14
9 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência.....	14



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultura

10 – 3.ª Edição do Viso 13.....	15
11 – Associação Banda Musical da Cumieira – Pedido de Participação Financeira.....	16

Serviço da Educação

12 – Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2017/2018.....	16
---	----

Serviço do Desporto

13 – Centro Cultural e Desportivo de Fontes – “Challenge Adventure Trophy” – Pedido de Participação Financeira.....	17
---	----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

14 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião	18
---	----



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou os seguintes requerimentos: -----

----- 1.1 – “Requerimento. -----

----- Assunto: “Correção de “gralha” na declaração apresentada na reunião anterior. -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, solicitar que na declaração plasmada na ata da reunião anterior, seja substituída “10 de abril” por 10 de março”. -

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 03 de abril de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- 1.2 – “Requerimento. -----

----- Assunto: “Programa instruído pelo Regulamento n.º 1016/2016” Publicado no DR, 2.ª série, n.º 213, 7 de novembro de 2016”. -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e em conformidade com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, vem solicitar informações relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, de modo a acompanhar a execução do mesmo, nos seguintes termos:-----

----- Considerando que tomamos como ponto de referência para o início do referido programa o presente mandato autárquico, venho solicitar que me informe de quantas habitações foram intervencionadas, com conclusão das obras e se lhes foi atribuído o respetivo apoio aprovada em reunião do executivo municipal.-----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 03 de abril de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----



II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando o programa de regularização extraordinária de vínculos precários na Administração Pública aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; -----

----- Considerando que o referido programa e diploma legal é aplicável à Administração Local; ----

----- Considerando que o Município cumpriu, em prazo, a comunicação à DGAL da existência destes vínculos precários nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro; -----

----- Considerando que em reunião a CAB obteve um número exato das situações laborais que se traduzem como precários e sem vínculo adequado, nos seguintes termos: -----

----- Neste Município temos 28 trabalhadores que se enquadram no âmbito dos pressupostos legais previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, conforme Mapa 1 em anexo;

----- Auscultados os responsáveis dos vários serviços do Município em que os trabalhadores exerceram e exercem funções em regime de 7 horas de trabalho diário e 35 horas semanais, constata-se que 26 dos 28 postos de trabalho correspondem a necessidades permanentes dos serviços, sendo que 7 trabalhadores correspondem a contratos de avença, 5 indicados para a carreira de técnico superior, 1 para a carreira de técnico de informática e 1 para a carreira de assistente operacional e 19 trabalhadores correspondem a contratos a termo, em que 17 são indicados para a carreira de assistente operacional e 2 para a carreira de técnico superior; -----

----- Considerando que neste Município temos 6 trabalhadores que se enquadram no âmbito dos pressupostos legais previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, a saber: um técnico superior na área de Engenharia Civil, um técnico superior na área de Contabilidade, um técnico superior na área de Técnico Superior de Justiça, um técnico superior na área de Tradução, um técnico superior na área de Serviço Social e um assistente técnico na área de Serviços Administrativos; -----



----- Neste caso, os trabalhadores que reúnem os requisitos legais para poder concorrer a este procedimento de regularização são 6, sendo que não estiveram nem estão todos ao serviço do Município em simultâneo; -----

----- Auscultados os responsáveis dos vários serviços do Município em que os trabalhadores exerceram e exercem funções, constata-se que todos os postos de trabalho correspondem a necessidades permanentes dos serviços (1 trabalhador para a carreira de assistente técnico e 5 para a carreira de técnico superior). -----

----- Estão em causa 6 postos de trabalho correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina e direção das respetivas chefias e, em todos os casos, sem o vínculo jurídico adequado; -----

----- Em síntese, considerando os casos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3º da Lei 112/2017, estão reunidos os pressupostos legais para regularização de vínculos precários, tendo em vista a satisfação de necessidades permanentes deste Município, das seguintes carreiras e categorias: -----

----- 12 postos de trabalho para a carreira e categoria de técnico superior, nas áreas de Educação de Infância, Recursos Humanos, Secretariado de Administração, Engenharia do Ambiente e do Território, Direito, Serviço Social, Engenharia Civil, Contabilidade, Técnico Superior de Justiça, Tradução; -----

----- 2 postos de trabalho para as carreiras e categorias de técnico de informática e de assistente técnico, na área de Informática e de Serviços Administrativos; -----

----- 18 postos de trabalho para a carreira e categoria de assistente operacional, para as funções de Coveiro e de auxiliares de Ação Educativa; -----

----- Considerando que estão em causa 32 postos de trabalho em que os trabalhadores asseguram funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, com cumprimento de horário de 7 horas diárias e 35 horas semanais, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina e direção das respetivas chefias e, em todos os casos, sem o vínculo jurídico adequado; -----

----- Considerando que no caso dos contratos a termo estes têm vindo a ser celebrados desde 2008 sem um vínculo que se adeque às funções que são exercidas, uma vez que se traduzem dessa forma como necessidades permanentes do Município; -----



----- Considerando que os contratos de avença têm sido celebrados e renovados ao longo do tempo, manifestando um caráter de necessidade permanente para o Município, não tendo assim estes colaboradores um vínculo adequado às funções que exercem; -----

----- Considerando que o Mapa de Pessoal do Município prevê lugares para estes postos de trabalho e existe cabimentação orçamental; -----

----- Conclui-se que estão reunidos todos os pressupostos legais que permitem a regularização destes vínculos laborais, pelo que: -----

----- Deverá o órgão executivo reconhecer que estão em causa 32 postos de trabalho que correspondem a necessidades permanentes do Município e que o vínculo jurídico dos colaboradores é inadequado, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, para que possa ser publicitado o procedimento concursal.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por maioria, a proposta com a abstenção do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, que apresentou a seguinte declaração de voto:** -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO. -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, apresentar declaração de voto, relativamente ao processo de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários na Administração Pública. -----

----- Considerando que foram identificadas na proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os postos de trabalho necessários, de modo permanente, alguns entretanto ocupados por trabalhadores em regime de avença ou de contrato a termo; -----

----- Considerando a insuficiente informação explicando se foram selecionados candidatos que exercem funções ao abrigo de contratos emprego-inserção, contratos emprego-inserção+ ou contratos de estágio, ou ainda que por mais de uma pessoa nos três anos anteriores à data do procedimento concursal. -----

----- Considerando que nesta matéria temos conhecimento da existência de trabalhadores do município com vínculo à Administração Pública, que



requereram a mobilidade intercarreiras, mas até à data vedada por várias vicissitudes, nomeadamente acerca de necessidade provisional de posto de trabalho compatível com a nova, correspondente e adequada habilitação académica. Não foi apresentando qualquer relatório ou feita qualquer menção a este facto na criação dos postos de trabalho, ou seja, não se fez qualquer referência aos recursos humanos já absorvidos na estrutura. -----

----- Considerando que se trata da criação de emprego com maior estabilidade financeira e emocional para os trabalhadores: -----

----- Pelo exposto e em conformidade com a votação realizada para a alteração do mapa de trabalhadores do município, dado que não possuo todos os elementos necessários para decidir em consciência, o meu voto será a abstenção." -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 03 de abril de 2018. -----

----- O Vereador, Daniel Teles -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente da
Câmara Municipal**

----- 2 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- "Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de março." -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 02 a 29 de março de 2018. -----

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----



Projeto de Regulamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso

---- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

---- “Considerando que: -----

---- Urge repensar no modo de agir na responsabilidade partilhada e na necessidade do trabalho em rede destas entidades que devem atuar numa perspetiva de promoção do envelhecimento ativo, numa atitude preventiva e promotora do bem-estar físico, social e emocional do idoso; -----

---- Neste conceito, de resposta a uma sociedade cada vez mais envelhecida, coloca-se também o desafio às famílias e à comunidade em geral, pelo que devem igualmente encarar com responsabilidade esta conjuntura, contribuindo para o combate à exclusão social, ao abandono, à marginalização, à negligência e ao isolamento; -----

---- Por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 21 de Fevereiro de 2017, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, atribuindo aos interessados um prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem o que tivessem por conveniente; -----

---- Concluído que está esse prazo e não se tendo verificado a apresentação de sugestões, verifica-se não haver lugar à audiência de interessados, conforme o que dispõe o nº 1 do artigo 100º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro; -----

---- Neste sentido, submete-se à consideração de Vª Exª. a proposta de projeto do referido Regulamento que, caso mereça concordância, se sugere que o mesmo seja aprovado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

---- a) O projeto de Regulamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, nos termos do disposto na alínea k), do nº 1 do artigo 33º, do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal, para efeito do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 setembro; -----

---- c) Que, em caso de aprovação pelo órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no sítio da Internet do Município, e mediante publicação no Diário da República.” -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta de Regulamento da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso e submeter à Assembleia Municipal para**



aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei
n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Projeto de Regulamento Municipal da Loja Social

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que: -----

----- A Autarquia desenvolveu este projeto no sentido de dar a alguns o que já não fará tanta falta a outros, assimilando sempre esta troca de bens com toda a dignidade que estes agregados menos favorecidos merecem; -----

----- A Loja Social funcionará como um espaço onde todos podem deixar os seus donativos: desde vestuário, calçado, brinquedos, entre outros, os quais serão posteriormente canalizados para esses agregados; -----

----- Visa-se uma participação na prestação de serviços aos estratos sociais mais desfavorecidos, em parceria com as entidades competentes da administração central e ainda promover o apoio aos mesmos pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal, sendo assim elaborado o Regulamento Municipal da Loja Social de Santa Marta de Penaguião; --

----- Este projeto estabelece-se como uma medida de apoio à população desfavorecida do concelho, consubstanciando um complemento social, de natureza flexível, devendo ser atualizado e reajustado às necessidades locais quando se justificar. -----

----- Por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 21 de Fevereiro de 2017, foi desencadeado no Município o procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento Municipal da Loja Social, atribuindo aos interessados um prazo de 10 dias úteis para se constituírem como tal e apresentarem o que tivessem por conveniente; -----

----- Concluído que está esse prazo e não se tendo verificado a apresentação de sugestões, verifica-se não haver lugar à audiência de interessados, conforme o que dispõe o n.º 1 do artigo 100º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro. -----



----- Neste sentido, submete-se à consideração de V^a Ex^a. a proposta de projeto do referido Regulamento que, caso mereça concordância, se sugere que o mesmo seja aprovado em reunião de Câmara Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

----- a) O projeto de Regulamento Municipal da Loja Social, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33º, do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- b) Submeter aquela proposta, caso seja aprovada, à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 setembro; -----

----- c) Que, em caso de aprovação pelo órgão Executivo e Deliberativo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Município, nos lugares públicos, no sítio da Internet do Município, e mediante publicação no Diário da República.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta de Regulamento Municipal da Loja Social e submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

Estrada de ligação Santa Marta à Régua/Via Rodo

– Aquisição de uma Parcela de Terreno

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que o Executivo da Câmara Municipal, na sua reunião de 2 de Outubro de 2012, deliberou, adquirir a área de 77m² a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial sob artigo 27-C e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o número 632/19931029, pelo valor total de 500,50€, destinada à construção da “Estrada de ligação Santa Marta à Régua/Via Rodo” aos Senhores Afonso Alberto Rocha Borges, Pedro Afonso Rocha Borges, Lília Maria Pimentel Borges Monteiro e José Manuel Mendes Monteiro; ----

----- Considerando que, no decorrer da execução da obra se verificou que era necessário ocupar mais área do que a supra indicada, ou seja 105m² e não 77m², o Executivo da Câmara Municipal, na sua reunião de 18 de Fevereiro de 2014, deliberou, revogar a deliberação tomada na reunião



de 2 de Outubro de 2012 e por conseguinte autorizar a aquisição da parcela com área de 105m² pelo valor total de 682,50€; -----

----- Considerando que, a escritura de compra e venda não foi celebrada, e neste espaço de tempo a Senhora Lília Maria Pimentel Borges Monteiro e Senhor José Manuel Mendes Monteiro adquiriram a parte do terreno que pertencia a Afonso Alberto Rocha Borges e Pedro Afonso Rocha Borges, ficando por isso a totalidade do prédio propriedade da Senhora Lília Monteiro e do Senhor José Manuel Monteiro; -----

----- Assim, pelas razões atrás enunciadas, propõe-se que o Executivo Municipal, delibere, revogar as deliberações tomadas nas reuniões de 2 de Outubro de 2012 e de 18 de Fevereiro de 2014 e delibere adquirir a parcela de terreno com a área de 105m² a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 27-1C (anterior artigo 27-C da extinta freguesia de S. João de Lobrigos) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o número 632/19931029, pelo valor de 682,50€ à Senhora Lília Maria Pimentel Borges Monteiro e Senhor José Manuel Mendes Monteiro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

1 – Revogar as deliberações tomadas nas reuniões de 2 de Outubro de 2012 e de 18 de Fevereiro de 2014. -----

2 – Adquirir parcela de terreno com a área de 105m², pelo valor de 682,50€ (seiscentos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos) aos Senhores Lília Maria Pimentel Borges Monteiro e José Manuel Mendes Monteiro. -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 16 a 28 de março de 2018

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 16 a 28 de março de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 07 de 03 de abril de 2018



RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	28/03/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193 827,95	Despesas Orçamentais	1 577 005,22
Execução orçamental	92 951,81		Correntes	1 357 885,56
Operações de tesouraria	100 876,14		Capital	219 119,66
Receitas Orçamentais		1 570 405,52	Operações de tesouraria	94 082,54
Correntes	1 524 857,42		Saldo para o dia seguinte:	184 455,39
Capital	45 548,10		Execução orçamental	86 352,11
Operações de tesouraria		91 309,68	Operações de tesouraria	98 103,28
Total		1 855 543,15	Total	1 855 543,15

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA
Delegação de Competências - Informação do Senhor Vereador
em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes

----- 7 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----

----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de março de 2018 que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**Pedido de Parecer – Utilização de Infraestruturas
Aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações
Eletrónicas Existentes no Município**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “Tendo por base o conteúdo do pedido efetuado pela entidade NOS Comunicações S.A., a qual solicita a autorização para a intervenção pontual de realização de trabalhos na via pública, nomeadamente na execução de trabalhos operacionais nas infraestruturas de subsolo e nas condutas já existentes. -----

----- Pretende a entidade a obtenção da referida autorização de modo a poder agilizar e reduzir o tempo de ligação dos clientes à rede de comunicações eletrónicas existentes, e também para efeitos da solicitação dos Serviços de Policiamento. -----

----- Pelo exposto e baseado nos art. 12º e 13º do decreto-Lei n.º 92/2017 de 31 de julho, poderá a Câmara Municipal conceder a autorização solicitada, a qual poderá ter a seguinte redação “... **autoriza a entidade NOS Comunicações S.A. e/ou empresas suas subcontratadas para a realização de trabalhos na via pública, nomeadamente a execução de trabalhos operacionais nas infraestruturas de subsolo, para a ligação à rede de comunicações existente.**” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de
Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência**

----- 9 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo



Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 11 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de fevereiro, de 2018. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe "*Direito de preferência de organismos públicos*", pode ler-se "se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu". -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT-----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes serviços técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Cultura

3.ª Edição do Viso 13

----- 10 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----



----- “Toda e qualquer atividade que traga ao Concelho de Santa Marta de Penaguião divulgação e reconhecimento, será sempre digna da atenção deste executivo. -----

----- Desta feita, no decorrer de uma 3ª Edição do Viso 13, tendo as outras edições sido um enorme sucesso, não queremos deixar de apoiar e até ajudar a ampliar a dimensão da ação. -----

----- Assim, e em parceria com a AVAS, que também será parceira neste evento, proponho ao executivo municipal que se discuta a melhor maneira de apoiar esta iniciativa.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a despesa até ao montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros).** -----

Associação Banda Musical da Cumieira

– Pedido de Comparticipação Financeira

----- 11 – Presente à reunião ofício da Associação Banda Musical da Cumieira, com o seguinte teor: -----

----- “A Banda Musical da Cumieira precisa de adquirir um instrumento (tuba). O valor é elevado e esta associação não consegue, neste momento, suportar essa despesa. A época de maior trabalho da Banda Musical está a chegar e não podemos prescindir desse instrumento. -----


----- Assim, vimos solicitar uma comparticipação para a aquisição do mesmo.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros).** -----

Serviço da Educação

Bolsas de Estudo – Ano Letivo 2017/2018

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----



----- “Com base no regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o Ensino Superior, publicado a 12 de dezembro de 2016 e após efetuado todo o procedimento de avaliação por parte da comissão de análise, foi deliberado em reunião de câmara no passado dia 06 de fevereiro, homologar o relatório final das bolsas de estudo, bem como a respetiva lista de ordenação dos candidatos. -----

----- Tendo em conta que o candidato Hermínio da Costa Almeida Mesquita, constava da listagem com a indicação de que “terminado o ano letivo apenas em fevereiro, só posteriormente será possível aferir do aproveitamento escolar do candidato”; -----

----- Tendo em conta que o documento deu entrada nos serviços municipais em 20 de março a juntar ao requerimento 2692/17, documento válido da universidade em que é possível aferir o seu aproveitamento escolar no ano letivo 2016/2017; -----

----- Propõe-se ao executivo municipal que delibere a atribuição da bolsa de estudo ao aluno em causa no valor de 500€.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a atribuição da Bolsa de Estudo do ano letivo 2017/2018, ao aluno Hermínio da Costa Almeida Mesquita e proceder ao pagamento da referida bolsa.** -----

Serviços do Desporto

Centro Cultural e Desportivo de Fontes – “Challenge Adventure Trophy” – Pedido de Participação Financeira

----- 13 – Presente à reunião ofício do Centro Cultural e Desportivo de Fontes, registado sob o n.º 756 de 27 de março, do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Aproxima-se a data de realização do evento “Challenge Adventure Trophy”, a 6, 7 e 8 de Abril de 2018, conforme contante do Plano Anual desse CCD. Nesse sentido, e como também anunciado no plano, vimos solicitar o habitual apoio e colaboração do Município para que o evento tenha o sucesso esperado. -----

----- Solicitamos apoio a três níveis: -----

----- Para fazer face aos custos com a construção da pista, necessitamos de 1.000€. -----

u, 1

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 07 de 03 de abril de 2018

----- Necessitamos ainda que o Município suporte e organize o jantar “cerimonial” para a organização e staff, no Sábado 7 de Abril (max 60 pessoas), incluindo transporte em autocarro entre Fontes e o local do jantar. -----

----- Pedimos ainda a colaboração na montagem e “exploração” de um stand Municipal na zona do evento durante a ocorrência deste, com o que acharem seja mais produtivo e representativo da nossa terra e gentes, uma vez que contamos ter a visita de centenas de visitantes.” -----

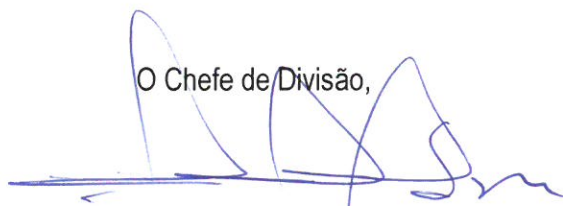
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de dotação orçamental e de fundos disponíveis, bem como prestar o apoio logístico para a realização do evento.** -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

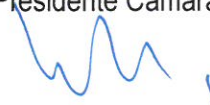
----- 14 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)